

ATIVIDADE DE EXTENSÃO EM SAÚDE NA ESCOLA: DIGNIDADE MENS-TRUAL

JULIANA SANTOS DOS SANTOS¹; HELENA DOS SANTOS CARDOSO²; VITÓRIA PERES TREPTOW³; MARIANA SOARES MOTA⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – jujusinott@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – helenasantos1234@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas –vitoria_treptow@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas-msm.mari.gro@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre dignidade menstrual, compreende o direito de todas as pessoas que menstruam a ter acesso a produtos e condições de higiene apropriados (UNICEF, 2021). Entretanto, a realidade vivida atualmente é diferente, tendo em vista as necessidades populacionais medidas devem ser tomadas a nível de saúde.

Em todo o mundo uma em cada dez meninas deixa de ir às aulas durante o período menstrual por falta de acesso a absorventes higiênicos, a realidade é ainda pior no Brasil - uma em cada quatro meninas deixa de ir à escola no período menstrual (ONU, 2022). A UNICEF indica que 713 mil meninas vivem sem acesso a chuveiro e banheiro em casa, e 4 milhões frequentam escolas com instalações de higiene insuficientes, das quais 200 mil não possuem nenhum item de higiene básico na escola. O fato dessas meninas faltarem à escola durante o período menstrual afeta significativamente seu desempenho acadêmico levando a evasão escolar.

Frente a realidade apresentada o projeto de extensão Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde desenvolve a “atividade de promoção da saúde na escola: Dignidade menstrual”. Ação de extensão universitária de caráter contínuo planejada e executada pelo projeto e desenvolvida em uma escola municipal.

O objetivo deste resumo é relatar o planejamento e execução da ação de extensão sobre dignidade menstrual realizada na escola Ferreira Vianna no bairro Balsa do município de Pelotas/RS.

2. METODOLOGIA

A ação sobre dignidade menstrual surgiu de uma demanda trazida da escola municipal de Ensino Fundamental Ferreira Vianna situada no bairro Balsa em Pelotas, em uma reunião com o Coletivo, onde a Coordenadora da escola expôs situações em que alunas da instituição e advindas de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que por conta de sua situação financeira tinham dificuldade de ter acesso a itens básicos de higiene, incluindo absorvente íntimos. A Coordenadora relatou de situações no horário das aulas que estas alunas necessitaram de absorvente íntimos e foram recorrer a ela, mas a escola não tinha para disponibilizar. A partir disso pediu para que o Coletivo realizasse ações voltadas a essa temática, assim como também arrecadar absorventes íntimos para a escola poder disponibilizar para estas alunas que precisavam.

Baseado na necessidade apresentada pela escola municipal Ferreira Vianna, o Coletivo começou o desenvolvimento da “atividade de promoção da saúde na escola: Dignidade menstrual”. A ação consiste na arrecadação de absorventes íntimos e elaboração de pacotes individuais para ser disponibilização na escola, esta atividade foi planejada visando promover o acesso a dignidade menstrual ao fortalecer o acesso a absorventes íntimos, o empoderamento feminino, a saúde e a redução da evasão escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme indicado no preâmbulo deste resumo, a desigualdade e a violação do direito à dignidade menstrual estão associadas ao não acesso aos elementos básicos de higiene íntima adequada, no Brasil por volta de 26% das pessoas que menstruam lidam com a indignidade menstrual, os mais afetados são pessoas em situação de rua, vulnerabilidade socioeconômica e carcerárias, estudantes de ensino médio e fundamental mais pobres sofrem diretamente com a evasão escolar nas escolas públicas. É importante reconhecer que a ausência de meios básicos de saneamento e higiene afeta a dignidade humana, a integridade corporal, a saúde e o bem-estar e abre as portas para a injustiça, além de atingir a saúde física e psíquica, reforça a desigualdade de gênero (ASSAD, 2021).

As principais medidas para combater essa desigualdade são por meio de políticas públicas, que invistam na infraestrutura das escolas com banheiros adequados e disponibilização de itens de higiene apropriados, aulas de saúde sexual para adolescentes e crianças que ofereçam informações sobre menstruação e desmistifique o assunto, distribuição gratuita de itens básicos de higiene incluindo absorvente para pessoas em vulnerabilidade social e nas escolas (MOTTA; ARAÚJO; SILVA, 2021).

A ação de extensão elaborada pelo projeto e realizada na escola Ferreira Vianna é promovida por meio de posts nas redes sociais do coletivo, chamando a comunidade interna e externa para ajudar com essas doações, assim como também na organização de postos de coleta na Faculdade de Enfermagem no Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas.

Destas arrecadações foram feitos pacotes individuais e personalizados com frases de empoderamento feminino contendo dois a três absorventes e um pirulito com o intuito de deixar o momento mais leve, a quantidade foi pensada de acordo com uma média de utilização de dois absorventes por turno do dia, além disso também será disponibilizado pacotes com dez absorventes íntimos para alunas que não tenham como comprar, para garantir o acesso aos absorventes também fora do ambiente escolar. A ação foi lançada no dia que o Coletivo realizou outra atividade de promoção da saúde na escola Ferreira Vianna, foi levada a caixa com os pacotes personalizados de absorventes sendo esclarecido para os alunos o objetivo da ação, a caixa foi encaminhada para a coordenação fazer a disponibilização de acordo com a necessidade de demanda, já logo de início tiveram meninas que pegaram pacotes para a utilização.

O Coletivo planeja realizar esta ação de forma continuada, ou seja, o desejo é que as arrecadações de absorventes íntimos para a disponibilização na escola sejam em todo o período letivo de forma efetiva e permanente, podendo ajudar inúmeras alunas ano após ano.

4. CONCLUSÕES

O presente resumo atingiu o objetivo de relatar o planejamento e como está sendo executada a ação de extensão sobre dignidade menstrual na escola Ferreira Vianna. Salienta-se que a demanda foi da própria instituição sobre a necessidade de ações que amenizassem a situação de algumas alunas que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e por isso tinham dificuldade de acesso digno a itens básicos de higiene, assim, a ação está tendo êxito por cumprir o papel social da extensão de atender a comunidade. Entende-se que ações de saúde na comunidade e escola são de extrema necessidade, a promoção da saúde é levada de forma holística contemplando o indivíduo na sua totalidade e proporcionando uma melhor qualidade de vida. Pensando de forma interdisciplinar e com foco na responsabilidade social como multiplicadora da saúde na sociedade, no decorrer da formação acadêmica, tal ação de extensão possibilita a intervenção nas realidades locais e permite que nós acadêmicos, de forma crítica, desenvolvamos o pensamento político, histórico e humano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, Beatriz Flügel. POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA POBREZA MENSSTRUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO. **Revista Antinomias**, Curitiba - PR, v. 2, n. 1, p. 1-21, 30 maio 2021. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SILVA, Lucília Moreira Da; SILVA, Margareth Aquino Da; FERREIRA, Luzia Sousa. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Rev Bras Interdiscip Saúde**, Luziânia/GO, v. 3, n. 4, p. 1-6, 29 out. 2021. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/254>. Acesso em: 19 jul. 2022.

UNICEF. Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos-2021. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2021.

ONU. UNFPA promove debate sobre pobreza menstrual e direitos humanos. Brasília (DF): Setor de Embaixadas Norte; 2022

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves Da. POR UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NACIONAL DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador/BA, v. 2, n. 2, p. 1-24, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/47217/25706>. Acesso em: 19 jul. 2022